

AUDITOR MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO - CONTROLADORIA

Tipo 1 – BRANCA



SUA PROVA

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta;
- Além deste caderno de prova, contendo oitenta questões objetivas e três questões discursivas, você receberá do fiscal de sala:
 - a folha de respostas das questões objetivas
 - um caderno de textos definitivos destinado às respostas das questões discursivas



TEMPO

- Você dispõe de **5 horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas;
- **3 horas** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de prova;
- A partir dos **60 minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de prova;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas;
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s);
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento da sua folha de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e no caderno de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas;
- **Boa sorte!**

Língua Portuguesa

Texto 1 – Dados Primários

Há cerca de 15 anos, um grupo de pesquisadores do Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia) preparava um estudo sobre indicadores de sustentabilidade da cidade de Belém e precisava saber quantos metros quadrados de praças e áreas verdes havia em cada bairro da região metropolitana. Durante três meses, os pesquisadores buscaram o dado junto a órgãos públicos. Protocolo para cá, ofício para lá, o máximo que conseguiram foi uma estimativa de que existiam “umas cem praças”. Beto Veríssimo, líder de estudo, reuniu a equipe e propôs; vamos medir nós mesmos. Armados de GPS, trena e suor, em dois meses mapearam quase duas mil praças e áreas verdes na capital paraense.

Lembrei-me desse episódio ao participar do debate recente sobre os dados de cobertura e uso da terra no Brasil.

Em artigo recente no “Valor Econômico”, o autor conclui, após, segundo ele, cruzar várias fontes de dados, que entre 1990 e 2016 a área ocupada pela atividade agropecuária no Brasil teria sido reduzida em 4,2 milhões de hectares, a despeito de 38 milhões de hectares terem sido desmatados no mesmo período. Afirma que a regeneração da mata nativa teria alcançado 50 milhões de hectares no período e que, portanto, para cada hectare desmatado, 1,3 hectare era recuperado. A expansão da produção agropecuária teria se dado, então, exclusivamente pelos extraordinários ganhos de produtividade.

O incauto, ao ler tal informação, poderia concluir que a área das matas brasileiras teria aumentado nas últimas décadas, e a agropecuária reduzido a área ocupada. Portanto, a expansão da agropecuária não teria causado desmatamento e degradação. Ou seja, tudo ótimo, nada a mudar, basta seguirmos no rumo em que estamos.

Nestas horas, é importante voltar às fontes de dados primários sólidas e abrangentes no tempo e no espaço.

Existem atualmente três iniciativas de mapeamento de cobertura e uso da terra no Brasil. [...] Ainda que todos possam ser melhorados e, embora tenham diferenças de abordagem metodológica, legenda e resolução, os dados gerados por esses três projetos indicam de forma inequívoca:

- o Brasil perdeu cobertura florestal e vegetação nativa durante todos os períodos analisados;
- a área ocupada pela atividade agropecuária cresceu em todos os períodos;
- houve regeneração em larga escala no Brasil, mas ela ainda representa menos de um terço das áreas desmatadas;
- mais de 90% das áreas desmatadas se convertem em agropecuária.

Esta é a realidade nua e crua dos dados primários. Eles, decerto, estão sujeitos a muitas análises e interpretações. Estas só não podem ir de encontro aos fatos.

Tasso Azevedo, *O GLOBO*, 28/02/2018.

1

As opções a seguir mostram informações do texto que indicam imprecisão, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- “Há cerca de 15 anos”.
- “... a área ocupada pela atividade agropecuária no Brasil teria sido reduzida em 4,2 milhões de hectares”.
- “Afirma que a regeneração de mata nativa teria alcançado 50 milhões de hectares”.
- “... foi uma estimativa de que existiam ‘umas cem praças’”.
- “...e precisava saber quantos metros quadrados de praças e áreas verdes havia em cada bairro”.

2

“Durante três meses, os pesquisadores buscaram o dado junto a órgãos públicos. Protocolo para cá, ofício para lá, o máximo que conseguiram foi uma estimativa de que existiam ‘umas cem praças’.”

O segmento “o máximo que conseguiram” mostra

- um erro implícito na pesquisa realizada.
- que os dados estavam bem abaixo da expectativa.
- tudo o que havia sido feito pelos órgãos públicos.
- o grande esforço do órgão gerador da informação prestada.
- que o cidadão brasileiro precisa esforçar-se muito para ser atendido pelos órgãos oficiais.

3

“...precisava saber quantos metros quadrados de praças e áreas verdes havia em cada bairro.”

A forma verbal **havia** pode ser adequadamente substituída por

- podiam haver*
- devia existir*
- existia*
- devia haver*
- eram possível haver*

4

Assinale a opção em que as duas preposições destacadas **não** possuem o mesmo valor semântico.

- “um estudo **sobre** indicadores de sustentabilidade” / “... debate recente **sobre** os dados de cobertura e uso da terra no Brasil”.
- “cresceu **em** todos os períodos analisados” / “... **em** dois meses eles mapearam quase duas mil praças”.
- “**Durante** três meses...” / “florestal e vegetação nativa **durante** todos os períodos analisados”.
- “Protocolos **para** cá” / “ofícios **para** lá”.
- “Armados **de** GPS, trena e suor” / “após, segundo ele, cruzar várias fontes **de** dados”.

5

Considerando o texto lido, podemos afirmar que sua finalidade principal é

- (A) debater um problema bastante polêmico.
- (B) criticar os órgãos públicos por sua ineficiência.
- (C) esclarecer os leitores sobre o tema discutido.
- (D) revelar uma verdade oculta ao público em geral.
- (E) denunciar a falta de dados oficiais sobre a agropecuária.

6

Para a defesa de sua tese, o autor do texto apela para

- (A) estatísticas oficiais.
- (B) opiniões de caráter pessoal.
- (C) autoridade dos órgãos públicos.
- (D) credibilidade de algumas iniciativas.
- (E) afirmações dos órgãos de comunicação.

7

“A expansão da produção agropecuária teria se dado, então, exclusivamente pelos extraordinários ganhos de produtividade.”

Esse fragmento do texto indica

- (A) uma conclusão do autor do texto em “Valor Econômico”.
- (B) uma hipótese vista como absurda pelo autor do texto 1.
- (C) uma informação real presente no texto do jornal “Valor Econômico”.
- (D) uma possibilidade desconsiderada pelo autor do artigo em “Valor Econômico”.
- (E) uma opinião veiculada pelo autor do artigo em “Valor Econômico”.

8

“Ainda que todos possam ser melhorados e, embora tenham diferenças de abordagem metodológica, legenda e resolução, os dados gerados pelos três projetos indicam de forma inequívoca: [...]”

Sobre os componentes desse segmento do texto, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os conectivos “ainda que” e “embora” possuem diferentes valores semânticos.
- (B) O pronome indefinido “todos” se refere a “dados gerados”.
- (C) A forma “melhorados” está gramaticalmente incorreta, pois se refere a “iniciativas”, no parágrafo anterior.
- (D) O adjetivo “inequívoca” indica uma opinião dos pesquisadores responsáveis pelos dados gerados.
- (E) Os substantivos “legenda” e “resolução” deveriam ser substituídos por adjetivos, já que se referem a “abordagem”.

9

“O incauto, ao ler tal informação, poderia concluir que a área das matas brasileiras teria aumentado nas últimas décadas [...]”.

A frase sublinhada poderia ser corretamente substituída por

- (A) “quando lesse tal informação,”
- (B) “enquanto lesse tal informação,”
- (C) “apesar da leitura de tal informação,”
- (D) “no momento em que lia tal informação,”
- (E) “se leu tal informação,”

10

Assinale a opção que apresenta o valor semântico do conector destacado de forma adequada.

- (A) “A expansão da produção agropecuária teria se dado, então, exclusivamente pelos extraordinários ganhos de produtividade” / *localização temporal*.
- (B) “Portanto, a expansão da agropecuária não teria causado desmatamento” / *explicação*.
- (C) “Ou seja, tudo ótimo, nada a mudar, basta seguirmos no rumo em que estamos” / *retificação*.
- (D) “[...] debate recente sobre os dados de cobertura e uso da terra no Brasil” / *localização espacial*.
- (E) “[...] a despeito de 38 milhões de hectares terem sido desmatados no mesmo período” / *concessão*.

11

Leia o trecho a seguir.

- “O Brasil perdeu cobertura florestal e vegetação nativa durante todos os períodos analisados;
- A área ocupada pela atividade agropecuária cresceu em todos os períodos;
- Houve regeneração em larga escala no Brasil, mas ela ainda representa menos de um terço das áreas desmatadas.”

Assinale a opção em que o significado do termo sublinhado está apresentado de forma correta.

- (A) cobertura florestal / tipo de floresta que predominava sobre todas as demais vegetações.
- (B) vegetação nativa / vegetação que foi iniciada pelos primitivos habitantes do Brasil.
- (C) atividade agropecuária / atividade econômica que se refere a cultivos e pastagens.
- (D) regeneração / substituição de um tipo de vegetação pouco produtivo por outro, mais rentável.
- (E) áreas desmatadas / áreas cuja vegetação foi queimada a fim de servir de adubo para outras plantações.

12

Assinale a frase a seguir em que a preposição **de** é uma exigência de um termo anterior.

- (A) “um grupo de pesquisadores do Imazon.”
- (B) “indicadores de sustentabilidade da cidade de Belém.”
- (C) “Armados de GPS, trena e suor.”
- (D) “debate recente sobre os dados de cobertura.”
- (E) “50 milhões de hectares.”

13

“Estas só não podem ir de encontro aos fatos.”

Sobre os componentes desse segmento do texto, assinale a afirmativa correta.

- (A) O pronome “estas” se refere somente a “análises”.
- (B) A expressão “ir de encontro” poderia ser substituída por “ao encontro de”.
- (C) A palavra “só” equivale a “sozinhas”.
- (D) A palavra “só” poderia ser deslocada para o início da frase.
- (E) A palavra “fatos” significa “acontecimentos reais”.

14

Analise a charge a seguir.



A charge tem em comum com o texto 1:

- (A) a demonstração de que a fiscalização sobre o desmatamento é imprescindível.
- (B) a denúncia de aproveitamento econômico indevido pela indústria madeireira.
- (C) a referência à atividade agropecuária como fator de desagregação econômica.
- (D) a crítica ao desmatamento e ao aproveitamento da terra para a atividade pecuária.
- (E) a informação de que o desmatamento não é uma preocupação importante do governo federal.

Língua Inglesa

READ TEXT I AND ANSWER THE QUESTIONS 15 TO 18.

TEXT I



(Source: <http://cpa-scribo.com/assess-control-risk/>. Retrieved on January 27th, 2018)

The Challenges Facing Government Auditors

Posted on July 26, 2013

When it comes to the pressure of successfully identifying, anticipating and dealing with risks, few auditors shoulder as much burden as those who work with the government. As the Institute of Internal Auditors' Richard Chambers wrote, these professionals deal with career-threatening political risks on a daily basis that many private sector auditors could never comprehend.

Internal auditors play a pivotal role in the relationship between the government and citizens. It's up to auditors to set the appropriate controls to manage federal programs and also to provide insight into the effectiveness and the soundness of the government's inner workings. Put simply, auditors are key to ensuring the public's trust in their government is well-founded and not abused.

That being said, there are a number of challenges associated with governmental-level internal auditing. Citing a McKinsey paper from 2011, Chambers points to a few key issues:

1. Turnover and Outsiders: Turnover in the political sector is high, with appointed executives seldom lasting for more than two years. On top of that, newly appointed officials often come from outside departments or agencies. This means officials frequently don't have a firm grasp on all the risks and challenges associated with their position, which can lead to poor decision making.
2. Metrics for Success: In the private sector, business objectives are clear and are conducive to metrics: more sales, more customers, more revenue, return on investment, etc. This means it's extremely easy to determine the efficiency of audit programs and controls. In the public sphere, metrics aren't as obvious because financial and mission objectives are more complex. This complicates the job immensely.
3. 'Mission Over Risk' Mindset: Most companies undervalue the importance of risk culture. Departments want to achieve their objectives, and risk management takes a back seat to that. In the public sector, officials are often even more dedicated to and passionate about the mission at hand. Additionally, people tend to assume that government budgets are big enough to bail departments out of bad decisions, which can lead to risky behaviors. [...]

Internal controls are pivotal to maintaining the public trust in government operations, so despite the challenges that lay in front of auditors, it's crucial they work with managers to develop effective campaigns and programs.

(Adapted from: <https://www.resolver.com/blog/the-challenges-facing-government-auditors/>. Retrieved on January 25th, 2018)

15

Mark the statements below as true (T) or false (F) according to Text I.

- () Private sector auditors have more responsibility than government auditors on risk-taking decisions.
- () The weight government auditors take upon themselves is quite heavy.
- () Part of the auditor's job is one of mediation between the public and the government.

The correct sequence is:

- (A) F – F – T.
- (B) T – T – F.
- (C) F – T – T.
- (D) F – T – F.
- (E) T – F – F.

16

The sentence that informs that one of the challenges associated with governmental-level internal auditing is the problem of continuity is:

- (A) "Turnover in the political sector is high with appointed executives seldom lasting for more than two years".
- (B) "In the public sphere, metrics aren't as obvious because financial and mission objectives are more complex".
- (C) "On top of that, newly appointed officials often come from outside departments or agencies".
- (D) "In the private sector, business objectives are clear and are conducive to metrics".
- (E) "Most companies undervalue the importance of risk culture".

17

The word "shoulder" in "few auditors shoulder as much burden as those who work with the government" means

- (A) arm.
- (B) bear.
- (C) shift.
- (D) unload.
- (E) remove.

18

The last paragraph states that, when developing campaigns and programs, auditors should **not** work

- (A) by appointment.
- (B) for the public.
- (C) in isolation.
- (D) on demand.
- (E) at home.

READ TEXT II AND ANSWER THE QUESTIONS 19 TO 22.

TEXT II

Blockchain: An opportunity for accountants? Or a threat?



(Source: <https://www.multirede.com.br/wp-content/uploads/2017/09/blcokchain2.png>. Retrieved on January 25th 2018)

By Ken Tysiac
November 17, 2017

The emergence of blockchain technology has led to a concern in the CPA profession that is perfectly understandable.

Technological advances can threaten people's livelihoods in any number of professions. The development of the Internet had a devastating effect on newspaper journalists, and some experts say self-driving vehicles may cause huge job losses among truck drivers.

Blockchain, meanwhile, has implications for the accounting profession. Blockchain is a digital ledger on which transactions are recorded chronologically and can be viewed by all who have access. The technology is expected to affect auditing, cybersecurity, and financial planning and analysis.

Erik Asgeirsson, president and CEO of CPA.com, the technology arm of the AICPA, said that some CPAs have anxiety that blockchain might put audit professionals out of business. But while blockchain is likely to change the way CPAs work, he said, he is telling accounting firm leaders that the accounting profession can continue to thrive through the use of blockchain technology.

"It's going to be a fantastic, secure database that will have uses," he said during a panel presentation Tuesday at the Wall Street Blockchain Alliance's Blockchain for Wall Street education day in New York City. "But it's not going to put them out of work."

Large and medium-size CPA firms already are seeing the implications of blockchain for their clients, Amy Pawlicki, CPA, vice president–Assurance & Advisory Innovation for the Association of International Certified Professional Accountants, said during the panel session. Companies are implementing blockchain into their enterprise resource planning (ERP) systems, particularly for tasks such as procurement and supplier management.

Blockchain's ledger-based technology can simplify the procurement process because it enables secure recording of transactions in a way that can lead to unprecedented transparency and increased operational efficiency.

"Our auditors are already auditing transactions in the blockchain," Pawlicki said.

Blockchain's transparency gives visibility to all transactions for approved users, and this may decrease auditors' work with sampling and validating transactions. But this allows auditors more time to focus on controls and investigating anomalies. Meanwhile, opportunities are emerging for CPAs to use blockchain technology as they expand their assurance services to areas such as cybersecurity and sustainability.

"We've got a lot of work to do ... it's a great opportunity in an area where CPAs can add a lot of value," Pawlicki said.

An important next step for the profession in the use of blockchain is accommodations for the technology from standard setters and regulators. SEC Chief Accountant Wesley Bricker, CPA, J.D, said Tuesday that the commission's Office of the Chief Accountant is investing time in understanding blockchain technologies, and suggested that accounting professionals do the same.

"It is important that those in the accounting profession invest the time to understand new trends and developments in technology and commerce to identify their potential effects on financial reporting to investors," Bricker said during a speech at a Financial Executives International conference in New York City.

Past developments such as the emergence of computers, ERP systems, and cloud computing have merely changed CPAs' work instead of making them irrelevant. The same can be true with blockchain, Asgeirsson said.

"Through every phase," Asgeirsson said, "what's really happened is that the accountant's and the auditor's role has just evolved."

(Source: <https://www.journalofaccountancy.com/news/2017/nov/blockchain-opportunity-for-accountants-201717900.html>. Retrieved on January 22nd, 2018)

Glossary:

CEO: Chief Executive Officer

CPA: Certified Public Accountant

ERP: Enterprise Resource Planning

AICPA: American Institute of Certified Public Accountants

19

Text II discusses the implications of blockchain for the accounting profession. Based on the arguments presented, analyse the following statements:

- I. New technologies have affected CPA's work but not its relevance.
- II. Blockchain technology will allow CPAs to shift their attention to other areas.
- III. Accounting professionals should not waste time trying to understand new technologies.

Choose the correct answer:

- (A) only I is correct.
- (B) only II is correct.
- (C) only III is correct.
- (D) both I and II are correct.
- (E) both II and III are correct.

20

The title of Text II introduces a

- (A) doubt.
- (B) certainty.
- (C) statement.
- (D) refutation.
- (E) compromise.

21

The sentence that warns about the harmful effects advances in technology may bring is:

- (A) "Blockchain's ledger-based technology can simplify the procurement process".
- (B) "Technological advances can threaten people's livelihoods in any number of professions".
- (C) "...what's really happened is that the accountant's and the auditor's role has just evolved".
- (D) "...the accounting profession can continue to thrive through the use of blockchain technology".
- (E) "Large and medium-size CPA firms already are seeing the implications of blockchain for their clients".

22

During the panel presentation in New York, Erik Asgeirsson showed to be

- (A) pessimistic.
- (B) uncertain.
- (C) anxious.
- (D) hopeful.
- (E) angry.

Raciocínio Lógico

23

André, Beatriz, Carlos e Doris fazem as seguintes afirmações sobre a distância entre a empresa em que trabalham e o *shopping* mais próximo:

André: é de, no mínimo, 6 km;

Beatriz: é de, no máximo, 3 km;

Carlos: não passa de 5 km;

Doris: não chega a 4 km.

Sabe-se que todos eles erraram em suas estimativas.

Sendo d a distância, em quilômetros, entre a empresa e o *shopping* mais próximo, tem-se que

- (A) $d < 3$;
- (B) $3 < d < 4$;
- (C) $4 < d < 5$;
- (D) $5 < d < 6$;
- (E) $d > 6$.

24

Sérgio tem 50% mais figurinhas das seleções da Copa do Mundo do que Alice. Sheila tem 25% menos figurinhas do que Alice.

Conclui-se que

- (A) Sérgio tem 20% mais figurinhas do que Sheila.
- (B) Sérgio tem 25% mais figurinhas do que Sheila.
- (C) Sérgio tem 50% mais figurinhas do que Sheila.
- (D) Sérgio tem 75% mais figurinhas do que Sheila.
- (E) Sérgio tem 100% mais figurinhas do que Sheila.

25

O piso de uma sala quadrada é totalmente coberto por lajotas quadradas, todas exatamente iguais. O número de lajotas contidas nas duas diagonais do piso da sala é 25.

O número de lajotas que cobre totalmente o piso da sala é

- (A) 121.
- (B) 169.
- (C) 225.
- (D) 289.
- (E) 361.

26

Assinale a opção que apresenta a negação lógica da sentença “Todo niteroiense é fluminense.”

- (A) “Nenhum niteroiense é fluminense.”
- (B) “Nenhum fluminense é niteroiense.”
- (C) “Algum niteroiense não é fluminense.”
- (D) “Algum fluminense não é niteroiense.”
- (E) “Todo niteroiense não é fluminense.”

27

Considere a sentença:

“Se Arlindo é baixo, então Arlindo não é atleta.”

Assinale a opção que apresenta a sentença logicamente equivalente à sentença dada.

- (A) “Se Arlindo não é atleta, então Arlindo é baixo.”
- (B) “Se Arlindo não é baixo, então Arlindo é atleta.”
- (C) “Se Arlindo é atleta, então Arlindo não é baixo.”
- (D) “Arlindo é baixo e atleta.”
- (E) “Arlindo não é baixo e não é atleta.”

28

Dois funcionários fazem, em média, doze relatórios em três dias. Mantendo a mesma eficiência, três funcionários farão vinte e quatro relatórios em

- (A) um dia.
- (B) dois dias.
- (C) três dias.
- (D) quatro dias.
- (E) seis dias.

29

Henrique, Boris e Bob jogaram várias partidas de xadrez entre si. Boris ganhou 5 partidas e perdeu 3. Bob ganhou 2 partidas e perdeu 2. Henrique ganhou 4 partidas. Não houve empates.

Assinale a opção que indica o número de partidas que Henrique perdeu.

- (A) 2.
- (B) 3.
- (C) 4.
- (D) 5.
- (E) 6.

30

Em uma urna há 3 bolas vermelhas, 5 bolas verdes, 4 bolas brancas e 6 bolas pretas. Retiram-se, aleatoriamente, N bolas da urna.

O valor mínimo de N , para que possamos garantir que entre as N bolas retiradas haja pelo menos duas bolas vermelhas, é

- (A) 17.
- (B) 16.
- (C) 15.
- (D) 14.
- (E) 2.

Direito Administrativo e Constitucional

31

Dispõe a Constituição do Estado do Rio de Janeiro que a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos Municípios, e de todas as entidades de sua administração direta, indireta e fundacional, é exercida mediante controle externo da Câmara Municipal, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

Considerando o dever constitucional de prestação de contas, assinale a afirmativa correta.

- (A) A prestação de contas anual de gestão será realizada por meio da abertura de tomada de contas pelo Tribunal de Contas do Estado.
- (B) O cumprimento do dever legal de apresentação da prestação de contas somente será considerado atendido com o encaminhamento dos dados referentes aos Informes Mensais do SIGFIS.
- (C) O conteúdo da prestação de contas anual é definido, caso a caso, por aquele revestido de competência para gerir os recursos da unidade jurisdicionada, no exercício a que se referem as contas, mas o Tribunal de Contas do Estado pode exigir documentos complementares.
- (D) A instauração de tomada de contas compete a qualquer Conselheiro do Tribunal de Contas, mediante processo administrativo, devendo o responsável pela prestação de contas ser comunicado de tal fato.
- (E) Um processo de prestação de contas anual de gestão, em trâmite no Tribunal de Contas do Estado, não pode ser convertido em tomada de contas *ex officio*.

32

O Município XYZ, situado no Estado ABC, enfrenta, neste momento, grave situação de insegurança, devido a diários conflitos envolvendo traficantes fortemente armados. Tais conflitos já deixaram dezenas de mortos em um período de duas semanas, e as tentativas de resposta da polícia foram objeto de retaliação por parte de bandidos, aterrorizando a população local.

Nesse caso,

- (A) a União ou o Estado ABC podem intervir no Município XYZ, com o fim de ver restabelecida a ordem pública, gravemente comprometida pelos eventos descritos.
- (B) pode o Estado ABC intervir no Município XYZ, com o propósito de fazer cessar ameaça à segurança pública e à ordem constitucional estabelecida.
- (C) a União pode intervir no Estado ABC para pôr fim ao grave comprometimento da ordem pública, mas o Estado ABC não pode intervir no Município XYZ nessa hipótese.
- (D) a União pode intervir no Município XYZ para o restabelecimento da ordem pública gravemente comprometida, devendo submeter o decreto de intervenção à apreciação do Congresso Nacional.
- (E) não está configurada hipótese de intervenção federal ou estadual, uma vez que esta requer, nos termos da Constituição da República, atuação dolosa por parte do Estado ou do Município.

33

A sociedade empresária José Barão de Andrade Engenharia Ltda., contratada pelo Município de Torre Alta para a construção de um posto de saúde, já está atrasada mais de um ano em relação ao cronograma pactuado, a despeito das inúmeras notificações que recebeu.

Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

- (A) A situação descrita configura motivo para a rescisão do contrato administrativo, por ato unilateral e escrito da Administração, além de permitir a execução da garantia contratual, para ressarcimento dos danos causados.
- (B) O atraso da construtora não configura motivo para a rescisão do contrato administrativo, mas autoriza a execução de garantia contratual e a retenção de créditos decorrentes do contrato, até a regularização do cronograma.
- (C) O atraso da sociedade empresária contratada autoriza a rescisão do contrato, mas tal medida somente poderia ser tomada após a aplicação, sucessivamente, de advertência e multa, o que não ocorreu.
- (D) A situação descrita configura motivo para a rescisão do contrato administrativo, mas, em atenção aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, tal medida deve ser decretada judicialmente.
- (E) O atraso da construtora não configura motivo para a rescisão do contrato administrativo, mas autoriza a aplicação de multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.

34

O Município Ômega, com menos de 200.000 habitantes, editou lei ordinária autorizando a criação de uma sociedade de economia mista para a elaboração de projetos e realização de obras de engenharia. A intenção do Município é a de que a empresa participe da reurbanização da área portuária.

Sobre essa sociedade, assinale a afirmativa correta.

- (A) A criação da sociedade de economia mista deveria ter sido autorizada por meio de lei complementar, não sendo válida a autorização veiculada em lei ordinária.
- (B) A sociedade de economia mista municipal deve sujeitar-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais e trabalhistas.
- (C) Não é possível a criação de uma sociedade de economia mista, no caso, tendo em vista o tamanho da população municipal.
- (D) A sociedade de economia mista municipal, se contratada pelo Poder Público, de qualquer esfera, é imune à incidência de tributos.
- (E) A criação de sociedade de economia mista que explore diretamente o exercício de atividade econômica está vedada desde a edição da Emenda Constitucional nº 19.

35

No Município de Córrego Seco, a associação Meu Bem Querer, sem fins lucrativos e que oferece educação básica e cursos profissionalizantes para menores em situação de vulnerabilidade, pleiteou qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

- (A) Ainda que a associação preencha os requisitos previstos em lei, a outorga da qualificação é ato discricionário do Poder Executivo.
- (B) Caso obtenha a qualificação pleiteada, a associação poderá firmar termo de parceria com o Município de Córrego Seco.
- (C) Qualquer instrumento de parceria só poderá ser firmado entre a associação qualificada como OSCIP e o Poder Público que lhe outorgou a qualificação.
- (D) Um dos requisitos necessários à obtenção da qualificação é a exigência de estar constituída e em funcionamento regular há pelo menos um ano.
- (E) Caso preencha os requisitos previstos em lei, a associação qualificada como OSCIP pode celebrar contrato de gestão para exercício das atividades descritas em seu estatuto.

36

A Lei XX do Município Alfa dispôs sobre o horário limite de funcionamento dos estabelecimentos comerciais, o que foi justificado pela necessidade de ser disciplinada a circulação de pessoas e veículos, que tende a ser maior quando esses estabelecimentos estão abertos ao público.

À luz da sistemática estabelecida pela Constituição da República, é correto afirmar que a Lei XX é

- (A) constitucional, pois o Município é competente para legislar sobre interesse local, e o comando legal é razoável.
- (B) inconstitucional, pois, embora o Município possa legislar sobre a matéria, o comando legal ofende a livre concorrência.
- (C) constitucional, pois o Município está autorizado a legislar concorrentemente com a União sobre direito comercial.
- (D) inconstitucional, pois o Município não possui competência legislativa para legislar sobre direito comercial.
- (E) constitucional, pois o Município pode legislar em caráter suplementar sobre trânsito.

37

Peter, cidadão alemão casado com Maria, cidadã brasileira, veio a falecer deixando diversos bens no território brasileiro. Tão logo ocorreu o óbito, Maria, cônjuge sobrevivente, procurou um advogado e solicitou informações a respeito da lei que regularia a sucessão, se seria a brasileira ou a alemã.

À luz da sistemática constitucional, o advogado deve responder que a sucessão será regulada

- (A) pela lei brasileira em benefício de Maria, salvo se a lei pessoal do *de cujus* lhe for mais favorável.
- (B) necessariamente pela lei brasileira.
- (C) pela lei brasileira em benefício de Maria, desde que da união tenha resultado filho brasileiro.
- (D) necessariamente pela lei alemã.
- (E) pela lei alemã em benefício de Maria, desde que da união tenha resultado filho alemão.

38

Em edital de concurso público para o provimento de cargos de auxiliar administrativo, o Município Alfa informou que existiam dez vagas disponíveis. Apesar disso, somente foram nomeados os nove primeiros colocados no concurso.

João, o décimo colocado, insatisfeito com a sua não nomeação, procurou um advogado e solicitou orientação a respeito do procedimento do Município Alfa.

À luz da sistemática constitucional, o advogado deve informar que João tem

- (A) direito subjetivo à nomeação apenas se for preterida a ordem de classificação, podendo exigí-la na Justiça.
- (B) o vínculo funcional constituído por força de lei, tendo direito à remuneração enquanto for proibido de trabalhar.
- (C) um ato jurídico perfeito ao seu favor, mas o Poder Judiciário não pode compelir o Município a nomeá-lo.
- (D) mera expectativa de ser nomeado, de modo que o Poder Judiciário não pode compelir o Município a fazê-lo.
- (E) direito subjetivo à nomeação, de modo que o Poder Judiciário pode compelir o Município a fazê-lo.

39

O Estado Beta aprovou a Lei XX, que vincula a arrecadação de certa taxa à conservação de determinada área de preservação ambiental e, uma parte da arrecadação do imposto sobre circulação de mercadorias, ao fundo de modernização da fiscalização ambiental.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a Lei XX é

- (A) totalmente inconstitucional, pois a arrecadação da taxa e do imposto não podem ser vinculadas à despesa ou ao fundo.
- (B) totalmente constitucional, pois a arrecadação da taxa e do imposto podem ser vinculadas à despesa ou ao fundo.
- (C) parcialmente constitucional, pois a arrecadação da taxa, diversamente da arrecadação do imposto, não pode ser vinculada à referida despesa.
- (D) parcialmente constitucional, pois a arrecadação do imposto, diversamente da arrecadação da taxa, não pode ser vinculada ao referido fundo.
- (E) totalmente constitucional, desde que a Constituição do Estado Beta tenha autorizado a vinculação promovida.

40

A Lei Federal XX dispôs:

Art. 1º. As empresas públicas que exploram atividade econômica seriam amparadas por cláusulas exorbitantes nas obrigações comerciais que viessem a assumir;

Art. 2º. As empresas públicas que exploram atividade econômica teriam privilégios fiscais não extensivos às do setor privado;

Art. 3º. As empresas públicas que exploram atividade econômica estariam sujeitas ao regime jurídico próprio das empresas privadas quanto às obrigações trabalhistas.

À luz da sistemática constitucional afeta à ordem econômica e financeira,

- (A) apenas o Art. 1º é constitucional.
- (B) apenas o Art. 2º é constitucional.
- (C) apenas o Art. 3º é constitucional.
- (D) apenas o Art. 1º e o Art. 2º são constitucionais.
- (E) apenas o Art. 1º e o Art. 3º são constitucionais.

Administração Financeira e Orçamentária

41

Relacione os diferentes orçamentos da Lei Orçamentária Anual aos seus respectivos exemplos.

- I. Orçamento Fiscal
- II. Orçamento de Investimento das Estatais
- III. Orçamento de Seguridade Social
- () Aquisição de um ativo imobilizado por uma estatal independente
- () Pagamento de Bolsa Família
- () Amortização da Dívida Pública Federal

Assinale a opção que apresenta a relação correta, segundo a ordem apresentada.

- (A) I – II – III.
- (B) III – I – II.
- (C) III – II – I.
- (D) II – III – I.
- (E) II – I – III.

42

O governante de um pequeno país, preocupado com as finanças públicas, decide pesquisar uma nova espécie de orçamento para adotá-la em sua administração. Ele entende que a espécie de orçamento ideal é aquela que justifica anualmente cada uma das despesas, enfatizando as necessidades do momento.

Sendo assim, a espécie de orçamento adequada às necessidades desse país é o

- (A) base zero.
- (B) tradicional.
- (C) legislativo.
- (D) autorizativo.
- (E) típico.

43

Em meio a uma obra pública, o prefeito de um município percebe que determinado procedimento terá um custo maior do que o previsto e solicita ao legislativo municipal, com sucesso, a abertura de créditos adicionais.

Considerando que o decreto de abertura desses créditos foi feito em novembro e constará na própria Lei Orçamentária Anual (LOA), é correto afirmar que a modalidade será a de créditos

- (A) especiais, os quais poderão ser utilizados no exercício seguinte.
- (B) suplementares, os quais poderão ser utilizados no exercício seguinte.
- (C) extraordinários, os quais poderão ser utilizados no exercício seguinte.
- (D) especiais, os quais não poderão ser utilizados no exercício seguinte.
- (E) suplementares, os quais não poderão ser utilizados no exercício seguinte.

44

Algumas fontes de recursos para créditos adicionais provocam um aumento no valor global do orçamento, estando incluída(s), entre elas,

- (A) as operações de crédito.
- (B) a reserva de contingência.
- (C) as receitas sem despesas correspondentes.
- (D) a anulação parcial de dotações.
- (E) a anulação total de dotações.

45

A Prefeitura de Vila Grande decide alugar uma edificação onde funcionava uma escola municipal, agora desativada.

Após o devido processo legal, o contrato é firmado com um particular para a instalação de uma fábrica de roupas no local. Com base nas regras orçamentárias, a origem da receita do aluguel será classificada como

- (A) tributária.
- (B) de serviços.
- (C) industrial.
- (D) patrimonial.
- (E) de contribuição.

46

No ano de 2017, o limite de gastos com pessoal do Ministério Público de um determinado Estado da Federação foi de R\$ 400 mil, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Sendo assim, é correto dizer que o limite de gastos com pessoal do Judiciário desse Estado foi de

- (A) R\$ 200 mil.
- (B) R\$ 600 mil.
- (C) R\$ 800 mil.
- (D) R\$ 1 milhão
- (E) R\$ 1,2 milhão.

47

Após ultrapassar os limites de despesa com pessoal na Receita Corrente Líquida, definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, o Brasil entrou em guerra com um país vizinho.

Considerando essa situação hipotética, espera-se que os prazos para a retomada dos limites

- (A) sejam suspensos.
- (B) sejam duplicados.
- (C) sejam triplicados.
- (D) mantenham-se inalterados.
- (E) tenham aplicação imediata.

48

No mês de outubro de 2017, o Município de Panópolis arrecadou os seguintes valores, em mil reais:

- Alienação de bens imóveis - 100
- Amortização de empréstimos - 20
- Operações de créditos internas - 150
- Transferência da União para obra no portal da cidade - 50
- Arrecadação de impostos - 300
- Contribuição de melhoria - 20
- Contribuição de iluminação pública - 10
- Arrecadação de laudêmio - 10

Com base nessas informações, o total dos valores arrecadados como receita de serviços é de

- (A) 350.
- (B) 260.
- (C) 200.
- (D) 30.
- (E) 0.

49

Cinco empreiteiras, interessadas em participar de uma licitação de obra pública promovida pela Prefeitura do Município X, entregam o valor de R\$ 200 mil em caução.

Em relação a esse tipo de procedimento, assinale a afirmativa correta.

- (A) O valor será classificado como uma taxa de participação, enquadrado nas receitas tributárias.
- (B) O valor será, obrigatoriamente, enviado para um fundo de desenvolvimento da educação básica.
- (C) O valor será classificado como receita extraorçamentária e acarretará um aumento de igual valor no ativo financeiro e no passivo financeiro.
- (D) O valor constitui uma renda ordinária do Estado, derivada de seu poder de império.
- (E) O valor integrará o orçamento público e será utilizado como recurso para emendas parlamentares, desde que para correção de erros ou omissões.

50

Um Estado brasileiro suspende o pagamento de sua dívida fundada por um período superior a dois anos, sem uma justificativa plausível.

Em uma situação como essa, fica permitido à União

- (A) realizar uma intervenção federal para reorganizar as finanças do Estado.
- (B) iniciar o rito ordinário para o *impeachment* do governador do Estado.
- (C) instituir um plebiscito para a anexação do Estado devedor a um outro estado.
- (D) acionar o STF com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade para que tome as medidas cabíveis.
- (E) levar, para ser votada na Comissão Mista de Orçamento, proposta de transferência de recursos para o Estado.

Controle e Gestão**51**

O controle na Administração Pública é de suma importância para que o Estado execute suas funções em conformidade com a Constituição.

Sobre o controle interno no Brasil, assinale a afirmativa correta.

- (A) É exercido pelo Judiciário quando julga uma ação trabalhista contra uma autarquia.
- (B) Está subordinado ao controle externo, tendo a sua organização definida pelos tribunais de contas.
- (C) Por ter caráter meramente administrativo, não assegura os princípios de ampla defesa e contraditório.
- (D) Utiliza a técnica de controle posterior, deixando o controle prévio e concomitante a cargo do órgão de controle externo.
- (E) Será exercido de maneira integrada pelos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

52

A Administração Gerencial, após se difundir pelos principais países do Ocidente, ganhou força no Brasil no final do século passado, deixando para trás um período marcado pela forte presença da burocracia na Administração Pública.

O advento da administração gerencial trouxe à tona o conceito da *accountability*. O conceito de *accountability* está relacionado à ideia de que

- (A) o agente público deve prestar contas e se responsabilizar por suas ações.
- (B) o processo deve ser priorizado em relação ao resultado.
- (C) o desenvolvimento econômico está atrelado ao sigilo das informações governamentais.
- (D) o Estado deve ter uma orientação empreendedora e garantir os serviços básicos para os cidadãos.
- (E) os limites entre o patrimônio público e privado são reduzidos.

53

Leia a notícia a seguir.

“As empresas aéreas já podem cobrar uma taxa extra aos passageiros que quiserem despachar suas bagagens. Após uma polêmica intensa na Justiça, no dia 29 de abril, a 10ª Vara da Justiça Federal do Ceará derrubou a liminar que impedia a cobrança. Com a nova resolução da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) em vigor, além de outras alterações, as companhias poderão cobrar uma taxa extra dos passageiros que quiserem despachar suas bagagens.”

Esse tipo de ação realizada pela ANAC, é resultado do modelo de Estado regulador, atualmente vigente no país.

A atuação da ANAC no caso acima, é um exemplo de

- (A) ação liberalizante.
- (B) intervenção indireta.
- (C) avocação funcional.
- (D) ação centralizadora.
- (E) avocação subjetiva.

54

O Conselho Municipal de Alimentação de determinado município averiguou que os alimentos comprados pela Prefeitura não estavam chegando integralmente às escolas, ou eram entregues após a data de vencimento.

Ao verificar tal situação, o Conselho decidiu acionar imediatamente a autoridade responsável.

Essa conduta do Conselho é um exemplo de

- (A) regulação consultiva.
- (B) deliberação executiva.
- (C) controle social.
- (D) controle judicial.
- (E) auditoria governamental.

55

O modelo de Excelência da Gestão Pública foi uma iniciativa desenvolvida pelo Ministério do Planejamento com o objetivo de modernizar a Administração Pública.

Sobre esse modelo, assinale a afirmativa correta.

- (A) Institui uma orientação centrada no mercado e na eficiência operacional.
- (B) Promove a lógica de sistemas fechados, compreendendo a administração pública holisticamente.
- (C) Estimula a estabilidade do servidor público, garantindo a contratação livre na administração indireta.
- (D) Fomenta a estatização de organizações em setores estratégicos, pautando-se no conceito de substituição de importações.
- (E) Direciona o setor público para a gestão por resultados, em busca da melhor utilização dos recursos.

Legislação Específica

56

Com referência à CPFGE - Comissão de Programação Financeira e Gestão Fiscal – analise as afirmativas a seguir.

- I. É composta pelas Secretarias Municipais de Governo, da Fazenda e de Administração, sendo, esta última, a secretaria executiva da comissão.
- II. A CPFGE se reúne semanalmente para analisar despesas incorridas pelas entidades da Administração Indireta, superiores a R\$ 100.000,00.
- III. As despesas de caráter permanente, objeto de empenho global ou estimado para todo o exercício, não se sujeitam à análise semanal da comissão.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) III, apenas.

57

O auditor X, membro do Órgão de Controle Interno Municipal de Niterói, verificou irregularidades em determinado contrato celebrado por entidade da Administração Indireta com empresa privada.

Nesse caso, o Órgão Central deverá

- (A) cientificar imediatamente o Prefeito, sob pena de responsabilidade subsidiária.
- (B) comunicar o fato ao Secretário de Administração.
- (C) cientificar imediatamente o Prefeito, sob pena de responsabilidade solidária.
- (D) interpelar a Secretaria de Governo, para que esta tome providências.
- (E) comunicar o fato ao responsável e aguardar providências.

58

Com relação à ajuda de custo dos servidores públicos do Município de Niterói, quando em viagem a serviço, assinale a opção que contempla duas afirmativas corretas e a segunda completa o sentido da primeira.

- (A) O servidor estatutário efetivo terá direito à ajuda de custo quando em deslocamento dentro do território nacional. / Essa ajuda de custo diz respeito às despesas com deslocamento e hospedagem.
- (B) No cálculo da ajuda de custo será considerado o período de efetivo afastamento a serviço. / Dessa forma, não será contabilizado o dia de saída da cidade de origem.
- (C) Se o servidor público viajar na condição de assessor, também terá direito à ajuda de custo. / Nessa hipótese, receberá a metade do que receber aquele a quem estiver assessorando.
- (D) A ajuda de custo para viagem poderá ser concedida ao servidor estatutário, ao comissionado e ao celetista da Administração Direta. / Essa verba tem natureza indenizatória e não integra os vencimentos ou salários do beneficiado.
- (E) Na hipótese de o deslocamento ocorrer para município contíguo, o servidor também fará jus à ajuda de custo / Nesse caso, o valor da verba será reduzido à metade.

59

Os montantes provenientes da realização de recursos financeiros, oriundos de constituição de dívidas, constituem receita

- (A) de capital.
- (B) industrial.
- (C) corrente líquida.
- (D) tributária.
- (E) patrimonial.

60

A Câmara Municipal realizou procedimento licitatório para contratação de serviço de informática. Homologado o resultado do certame, efetivou o empenho da despesa relativa antes de celebrado o contrato.

Neste caso, o procedimento adotado

- (A) está equivocado, pois o empenho só deve ser realizado após firmado o contrato.
- (B) está correto, porque, havendo procedimento licitatório concluído, já se conhece o valor e a quem pagar.
- (C) está correto, porque a efetivação de um contrato não é indispensável para o empenho da despesa.
- (D) está equivocado, porque o empenho só poderá ocorrer concomitantemente com a contratação.
- (E) está correto, pois o empenho poderá ser alterado até a emissão da nota respectiva.

61

Com referência ao controle da execução orçamentária do Município, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () Compreenderá o conjunto de normas, regras, princípios, planos, métodos e procedimentos que, coordenados entre si, têm por objetivo efetivar a avaliação da gestão pública e o acompanhamento dos programas e políticas públicas no âmbito municipal.
- () Buscará evidenciar, posteriormente à sua efetivação, a legalidade dos atos praticados pela Administração, avaliar os seus resultados no que concerne à economia, eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e operacional dos órgãos e entidades municipais.
- () Refletirá a obrigatoriedade de prestar contas à sociedade, por meio dos órgãos fiscalizadores, imposta a todos aqueles que, de alguma forma, gerenciam ou são responsáveis por bens e valores públicos.

Assinale a opção que indica a sequência correta, segundo a ordem apresentada.

- (A) F – V – F.
- (B) F – F – V.
- (C) F – V – V.
- (D) V – F – F.
- (E) V – F – V.

62

Leia o fragmento a seguir.

O gozo dos direitos _____ é requisito _____ para a _____ em _____ público.

Assinale a opção cujos itens completam corretamente as lacunas do fragmento acima.

- (A) civis – inicial – posse - cargo
- (B) políticos – condicional – investidura – serviço
- (C) fundamentais – básico - nomeação – cargo
- (D) políticos – básico - investidura – cargo
- (E) naturais – primário – investidura - serviço

63

Paulo da Silva, servidor público, casado com 3 filhos menores, tem vencimentos da ordem de R\$ 10.000,00. Após 4 anos de sua posse, ele tem um invejável patrimônio: um apartamento com vista para o mar e carro importado, bem como casa de praia e lancha.

Nesse caso,

- (A) há presunção absoluta da prática de ato de improbidade administrativa, não sendo necessário provar a prática de fato ilícito antecedente.
- (B) é necessário comprovar o fato antecedente, tal como corrupção passiva, para se concluir pela improbidade administrativa.
- (C) há presunção relativa de ato de improbidade administrativa, que pode ser elidida pela comprovação da origem legítima dos bens.
- (D) é indispensável provar o fato ilícito antecedente, sob pena de se permitir a prática de arbitrariedades no serviço público.
- (E) o aumento significativo do patrimônio de um funcionário público, que excede sua renda declarada, é fato ilícito penal e administrativo.

64

Uma Autarquia de determinado Município tem necessidade de adquirir um bem ou serviço de natureza similar a outros bens e serviços já licitados no mesmo ano, mas que ao tempo da anterior licitação não pode ter sua necessidade prevista, decorrendo essa de eventualidade posterior, de caráter imprevisível.

O valor estimado do bem ou serviço é inferior ao apontado no Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93, ou seja, permitiria dispensa de licitação, e não há previsão para aquisição de outros bens e serviços de natureza similar que possam ser considerados em conjunto. Entretanto, a autarquia já adquiriu, neste mesmo ano, bens e serviços análogos, com dispensa de licitação, com base no mesmo Art. 24, num montante exatamente igual ao valor limite indicado.

(Art. 24 - É dispensável a licitação... II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.) (Redação dada pela Lei nº 9.648/98.)

Nesse caso, para a efetivação dessa compra,

- (A) há desnecessidade de licitação, uma vez que o valor previsto no Art. 24, inciso II, não será atingido pela aquisição que se está procedendo.
- (B) há desnecessidade de licitação, pois a aquisição não se refere a parcela de compra ou prestação de serviço de maior vulto.
- (C) o limite de valor para bens ou serviços similares só pode ser utilizado para fins de dispensa uma vez em cada exercício, em qualquer hipótese.
- (D) o fracionamento da aquisição a ser feita é inviável, decorrente de incorreto planejamento das despesas, sendo de rigor a licitação.
- (E) é possível a dispensa de licitação, ante o caráter imprevisível da aquisição, não sendo consideradas as anteriores aquisições para fins do limite de valor imposto na lei.

65

A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária, da qual decorra renúncia de receita, deverá estar acompanhada do demonstrativo

- (A) de que a renúncia foi avaliada na despesa.
- (B) de impacto orçamentário financeiro.
- (C) de compensação de redução de despesa.
- (D) de impacto social da concessão do benefício.
- (E) sobre a alteração das metas fiscais.

66

Com relação às despesas com pessoal, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () O auxílio moradia está inserido no limite das despesas com pessoal, conforme o Art. 18 da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), fazendo parte da chamada Folha de Pagamentos.
- () O ato de que resulte aumento da despesa com pessoal, expedido nos cento e vinte dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão, é anulável, podendo ser denunciado por qualquer cidadão.
- () No atendimento aos limites da despesa com pessoal definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, não serão computados os gastos relativos a incentivos à demissão voluntária.

Assinale a opção que indica a sequência correta, segundo a ordem apresentada.

- (A) F – F – V.
- (B) V – F – F.
- (C) V – V – F.
- (D) F – F – F.
- (E) V – F – V.

67

Um grupo de vereadores resolveu obter empréstimo junto a uma Instituição Financeira que oferecia juros atraentes, desde que tal mútuo fosse contratado na modalidade “empréstimo consignado em folha de pagamento” e fosse avalizado pela Câmara.

Nessa hipótese,

- (A) é lícita a contratação, porém não caberia aval, apenas fiança concedida pelo Poder Público.
- (B) os vereadores podem contratar os mútuos, havendo norma autorizadora, porém sem garantia da Câmara.
- (C) os vereadores não podem constituir empréstimos consignados, por prazo superior ao mandato.
- (D) a contratação é ilícita, já que não houve prévia autorização por lei, inclusive quanto ao aval.
- (E) é lícita a contratação, mas a garantia da Câmara só poderia ser concedida no limite dos vencimentos do vereador.

68

Com referência aos contratos de parceria público-privada, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () É possível ao parceiro público reter o pagamento ao parceiro privado de montante suficiente para reparar danos a bens reversíveis.
- () O fato do príncipe representa uma circunstância imprevisível, o que faz com que seu risco não seja objeto de cláusula do contrato.
- () Em respeito ao princípio da eficiência, a atualização dos valores contratuais será sempre realizada por índices pré-fixados, dispensando a homologação da Administração Pública.

Assinale a opção que indica a sequência correta, segundo a ordem apresentada.

- (A) F – F – V.
- (B) F – V – V.
- (C) V – F – F.
- (D) V – V – F.
- (E) V – F – V.

69

Após processo licitatório vencido pela Empresa Delta X, em 2016, para prestação de serviços em regime de parceria público-privada, verificou-se a necessidade de aquisição de bens vinculados ao serviço a ser prestado, sendo certo que havia autorização no edital para aporte de recursos a serem efetivados pela Administração Pública para a compra desses equipamentos.

Nesse caso,

- (A) a Administração Pública só poderia aportar recursos para a compra desses bens se o edital indicasse o valor de cada equipamento a ser adquirido.
- (B) a Administração Pública não poderia aportar recursos para a empresa privada, já que seria uma forma indireta de remuneração da parceria, ferindo o princípio da legalidade.
- (C) a Administração Pública poderia aportar recursos se os bens reversíveis fossem adquiridos por meio de novo procedimento licitatório.
- (D) o parceiro privado, no caso do aporte de recursos pelo parceiro público para a compra de bens reversíveis, não receberá indenização pelas parcelas de investimentos vinculadas a tais bens, ainda não amortizadas ou depreciadas.
- (E) na situação de aporte de recursos pelo parceiro público para a compra de bens vinculados ao serviço concedido ao parceiro privado, ao fim do contrato, os bens serão revertidos a cada um, na medida dos investimentos feitos.

70

Em determinado contrato celebrado para obra do Sistema SUS há a seguinte cláusula:

“Trata-se de contratação de um empreendimento, que compreende a totalidade de suas etapas, de obras, instalações e serviços. A contratada tem inteira responsabilidade pelo objeto do contrato até a sua entrega ao contratante, em condições de entrada em operação, observados os requisitos técnicos e legais para sua utilização em condições de segurança estrutural e operacional e com as características adequadas às finalidades propostas”.

No caso, o contrato diz respeito a uma empreitada

- (A) mista.
- (B) de preço global.
- (C) integral.
- (D) por tarefa.
- (E) de contratação múltipla.

71

No que diz respeito ao Regime Diferenciado de Contratações Públicas, analise as afirmativas a seguir.

- I. A fase de apresentação de proposta poderá anteceder à fase de habilitação dos concorrentes, se previamente previsto no Edital.
- II. A apresentação dos documentos de habilitação será exigida apenas do licitante vencedor, exceto no caso de inversão de fases.
- III. Após o julgamento das propostas, os documentos de regularidade fiscal poderão ser exigidos do licitante com melhor classificação.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

72

Com relação à determinação legal de informar a carga tributária incidente em mercadoria ou serviço, assinale a afirmativa correta.

- (A) Na venda de mercadoria como matéria-prima é necessário informar a carga tributária média incidente, por tipo de tributo.
- (B) O prestador de serviço autônomo está liberado da obrigação de informar a carga tributária média incidente sobre sua prestação de serviço ao cliente final.
- (C) Os impostos a serem informados, de acordo com a lei vigente, são aqueles que a empresa efetivamente recolheu aos cofres públicos.
- (D) Na venda de equipamento para ser utilizado como ativo imobilizado há obrigação de informar a carga tributária incidente.
- (E) Não existe a obrigatoriedade de informar a carga tributária para serviços de natureza financeira em que não haja obrigatoriedade de emissão de documento fiscal.

73

Com relação à lei de transparência, leia o fragmento a seguir.

A informação do _____ aproximado correspondente à _____ dos tributos deverá constar dos _____, cuja _____ influi na formação do _____ de venda.

Assinale a opção cujos termos completam corretamente as lacunas do fragmento.

- (A) registros contábeis / percentual / totalidade / isenção / preço
- (B) valor / alíquota / documentos fiscais / incidência / regime
- (C) montante / alíquota / registros contábeis / redução / preço
- (D) percentual / totalidade / documentos fiscais / redução / regime.
- (E) valor / totalidade / documentos fiscais / incidência / preço

74

Com referência ao regime jurídico de colaboração entre a Administração Pública e a sociedade civil organizada, leia o trecho a seguir.

“Conjunto de direitos, responsabilidades e obrigações decorrentes de relação jurídica estabelecida formalmente entre a Administração Pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco”.

O trecho corporifica

- (A) um projeto.
- (B) uma política pública.
- (C) uma parceria.
- (D) um termo de fomento.
- (E) um termo de colaboração.

75

Com relação aos consórcios públicos, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () O consórcio público constituirá associação pública ou pessoa jurídica de direito público.
- () Os consórcios públicos poderão emitir documentos de cobrança, porém não podem arrecadar tarifas por prestação de serviços.
- () O consórcio público será constituído por contrato cuja celebração dependerá da prévia subscrição de protocolo de intenções.

Assinale a opção que indica a sequência correta, segundo a ordem apresentada.

- (A) V – V – F.
- (B) F – F – V.
- (C) F – V – F.
- (D) V – F – V.
- (E) F – V – V.

76

Sobre a apresentação da prestação de contas anual de gestão, assinale a opção que contempla duas afirmativas verdadeiras e a segunda completa o sentido da primeira.

- (A) As sociedades de economia mista não estão obrigadas à apresentação da prestação de contas anual de gestão, / uma vez que, como entidades de direito privado, não se inserem no conceito de administração municipal.
- (B) A seleção das unidades gestoras para fins de fiscalização guarda critérios técnicos de proporcionalidade, / levando em consideração materialidade, risco, relevância e oportunidade.
- (C) O fundo especial constituído como unidade gestora vinculada à entidade municipal faz parte da administração municipal. / Tal fundo tem a obrigação legal de prestar contas, apresentando-as ao TCE.
- (D) A prestação de contas a que está obrigada a administração municipal é feita por relatórios físicos e eletrônicos. / O responsável pelo encaminhamento da prestação de contas anual será o sujeito revestido de competência para gerir os recursos da unidade jurisdicionada.
- (E) Os documentos relativos à prestação anual de contas, não selecionados para a constituição de processo junto ao TCE, permanecerão arquivados no tribunal. / O prazo de arquivamento é de 05 anos, contados do exercício de competência das contas.

77

As opções a seguir apresentam situações que requerem tomada de contas, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) A não comprovação da correta aplicação de recursos transferidos pela Administração Pública a terceiros.
- (B) A prática de qualquer ato antieconômico do qual possa resultar, ou efetivamente resulte, em dano ao erário.
- (C) A deterioração dolosa ou culposa do patrimônio público.
- (D) A concessão de benefício fiscal ou a renúncia de receita com possibilidade de dano ao erário.
- (E) O depósito das disponibilidades de caixa dos regimes próprios de previdência social em instituição financeira não oficial.

78

Com relação aos informes mensais, que fazem parte do Sistema Integrado de Gestão Fiscal, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A inexigibilidade de licitação não necessita ser inserida no informe mensal relativo ao SIGFIS.
- () O controle sobre restos a pagar constitui elemento de informe mensal a ser inserido no SIGFIS.
- () As desapropriações fazem parte do informe mensal que compõe o SIGFIS.

Assinale a opção que apresenta a sequência correta, segundo a ordem apresentada.

- (A) F – V – V.
- (B) V – F – V.
- (C) F – F – V.
- (D) V – F – F.
- (E) V – V – F.

79

Caio, responsável pelo controle interno de determinada sociedade de economia mista municipal, estabeleceu, por iniciativa própria, a programação de auditoria orçamentária de sua unidade administrativa.

Nesse caso,

- (A) Caio não agiu corretamente, já que suas funções não envolvem qualquer controle sobre o orçamento.
- (B) Caio deveria ter consultado o Órgão Central de Controle Interno antes de efetivar a programação referida.
- (C) Caio seria penalmente responsável, caso não organizasse tal programação.
- (D) Caio agiu no estrito cumprimento do dever legal, ficando sujeito à supervisão técnica do órgão central de controle municipal.
- (E) Caio não agiu corretamente, pois a programação de auditoria orçamentária da administração municipal é feita pelo Órgão Central de Controle Interno.

80

No que concerne ao limite de gastos do último ano de mandato do Prefeito, o Sistema de Controle Interno deve

- (A) verificar a arrecadação de todos os tributos e tarifas públicas municipais, pagas pelos contribuintes.
- (B) analisar se a repartição das despesas com pessoal do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário está de acordo com os limites globais.
- (C) constatar se houve a ocorrência de operações de crédito por antecipação de receitas orçamentárias.
- (D) avaliar a observação das regras sobre despesas contraídas nos 3 quadrimestres.
- (E) glosar todas as renúncias de receitas que forem efetivadas.

Discursivas

1

Ômega S/A é uma sociedade empresária subsidiária controlada pela Sociedade de Economia Mista Banco Delta S/A.

O Diretor Presidente de Ômega S/A quer contratar diretamente determinado serviço com a controladora, pretendendo dispensa de licitação, considerando que são ambas do mesmo grupo econômico.

Considerando a situação acima descrita, responda aos itens a seguir.

- A) É cabível a interpretação extensiva de alguma das hipóteses de dispensa de licitação prevista em lei? Fundamente, inclusive mencionando os princípios que embasam a resposta correta.**
- B) É possível haver a pretendida dispensa do processo licitatório? Fundamente.**

2

Determinado Estado da Federação alcançou o limite prudencial de despesas com pessoal.

Entretanto, como um desembargador desse mesmo Estado veio a se aposentar, abrindo vaga no Tribunal, surgiu a dúvida quanto à possibilidade de preenchimento do cargo.

Sobre a hipótese, responda aos itens a seguir.

- A) O que é o limite prudencial e como ele interfere no provimento de cargos públicos?**
- B) O não preenchimento do cargo de desembargador do Tribunal viola algum dispositivo constitucional?**
- C) Na hipótese, há algum limite a ser observado pelo Poder Judiciário?**

3

Nas últimas décadas, tornou-se evidente a mudança do papel do Estado e sua relação com a sociedade, superando o foco exclusivo na legalidade dos procedimentos e trazendo para suas ações os conceitos de eficiência, eficácia e efetividade, pautados na otimização no emprego dos recursos públicos.

Esse novo paradigma de atuação carrega consigo a noção de contratualização, que visa dar maior autonomia e flexibilidade aos servidores e gestores de recursos públicos.

Sobre esse novo modelo de gestão, apresentado como gerencialismo, responda aos itens a seguir.

- A) Explique como é realizada essa chamada contratualização.**
- B) Por que a necessidade de *accountability* se tornou tão importante devido ao deslocamento do paradigma burocrático para o gerencialismo?**

Realização

